

Governo de SP registra maior aporte estadual em seguro rural

Crescimento de 56,8% no investimento fortalece proteção de produtores contra riscos



Produtor Manoel Polato, do município de Porto Ferreira (SP)

O Estado de São Paulo registrou nos últimos três anos o maior investimento feito por um ente estadual em seguro rural no Brasil, com aplicação de R\$ 290 milhões em subvenções ao setor agrícola entre 2023 e 2025, segundo dados oficiais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. O montante representa um crescimento de 56,8% em relação ao período anterior, consolidando São Paulo como a unidade federativa com maior aporte proporcional voltado à proteção das atividades rurais.

O seguro rural é um mecanismo que visa reduzir os riscos financeiros enfrentados por agricultores e pecuaristas diante de eventos climáticos adversos, como estiagens, enchentes, geadas e granizo, além de proteger contra oscilações de mercado. A subvenção estadual, promovida por meio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), subsidia até 30% do

prêmio pago pelos produtores na contratação de apólices, com o objetivo de ampliar o acesso ao instrumento e estimular a adoção de práticas de gestão de riscos.

Entre 2023 e 2025, mais de 53 mil apólices foram contratadas por aproximadamente 40 mil produtores rurais no estado. Dados oficiais indicam que, para cada real investido pelo governo paulista, são protegidos cerca de R\$ 60 em valor de produção agrícola, pecuária ou florestal, indicador utilizado por técnicos do setor para medir o impacto indireto das subvenções.

Produtores e entidades ligadas ao agronegócio destacam que o acesso a seguros tem sido um diferencial para reduzir vulnerabilidades econômicas, especialmente em anos marcados por eventos climáticos extremos e aumento nos custos de produção. Entretanto, especialistas observam que, apesar do aumento recente, o nível de proteção ainda é

insuficiente em comparação com países desenvolvidos. Nos Estados Unidos, por exemplo, cerca de 80% da área agrícola é segurada, enquanto no Brasil o percentual é inferior a 10%.

No cenário nacional, o seguro rural enfrenta desafios estruturais. De acordo com dados do setor, a área segurada no país alcançou 7,2 milhões de hectares em 2024, aproximadamente 47% abaixo dos níveis de 2021. Essa retração é atribuída à falta de previsibilidade orçamentária no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), principal programa federal de apoio à subvenção, que sofreu cortes e contingenciamentos nos últimos anos, afetando diretamente a adesão de produtores de diferentes portes.

Recentes mudanças legislativas no Senado, aprovadas no fim de 2025, tornaram obrigatória a execução das despesas do PSR, impedindo contingenciamentos

e criando expectativas de recuperação das contratações em 2026. Projeções setoriais indicam que, caso as regras previstas entrem em vigor, o segmento deve apresentar leve crescimento no próximo ano, após recuo nos volumes de seguro rural contratados.

Autoridades estaduais reforçam que a política de subvenção busca ampliar a oferta de produtos de seguro rural e incentivar a adesão de produtores de diferentes portes e culturas. Informações da Secretaria de Agricultura de São Paulo indicam que a medida atua em conjunto com programas de crédito rural e tecnologias de mitigação de riscos, como práticas de irrigação, manejo de solo e monitoramento climático, como forma de promover maior estabilidade econômica ao setor.

Especialistas do setor defendem maior integração entre políticas estaduais e federais para expandir a cobertura dos seguros no país. Segundo esses represen-

tantes, uma política robusta de gestão de riscos pode proteger a renda dos agricultores, reduzir impactos de eventos climáticos extremos e fortalecer a competitividade do agronegócio brasileiro no longo prazo.

Analistas também apontam que o aumento das subvenções estaduais em São Paulo pode servir de modelo para outros estados, incentivando políticas locais que estimulem o acesso ao seguro rural e promovam a sustentabilidade econômica do setor. Além disso, o crescimento da adoção de seguros pode influenciar práticas mais responsáveis de planejamento agrícola, promovendo maior resiliência das cadeias produtivas frente às mudanças climáticas.

No contexto das próximas safras, produtores devem observar não apenas a oferta de seguros, mas também a evolução das políticas públicas e o impacto de instrumentos financeiros complementares.

FecomercioSP orienta salões sobre ISS após limite do Simples Nacional

O Sindicato Patronal dos Institutos e Salões de Beleza do Estado de São Paulo (Beleza Patronal), em parceria com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), iniciou tratativas com a Secretaria da Fazenda do Município para esclarecer dúvidas sobre o Imposto Sobre Serviços (ISS) de empresas do setor que ultrapassaram o sublimite do Simples Nacional em 2024. A iniciativa visa reduzir a insegurança jurídica enfrentada por esses negócios quanto ao cálculo, recolhimento e regularização do tributo municipal.

No anocadário passado, parte das empresas optantes pelo Simples Nacional ultrapassou o sublimite de R\$ 3,6 milhões previsto na Lei Complementar

123/2006. Embora os tributos federais excedentes tenham sido recolhidos por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), persistem dúvidas sobre a forma correta de pagamento do ISS no município, o que gerou incerteza para profissionais e empresários do setor.

O ponto central da controvérsia é a apuração do ISS municipal diante das especificidades do segmento de beleza, especialmente em função da Lei do SalãoParceiro (Lei 13.352/2016). A lei estabelece a partilha do faturamento entre o salão e o profissional parceiro, dificultando a definição da cotaparte sujeita à tributação municipal, segundo relatos das empresas representadas pelo sindicato. Esse modelo de remuneração, comum em salões de gran-



Objetivo é oferecer mais clareza aos negócios do setor

de porte, levanta questões sobre a incidência correta do tributo e sobre como evitar duplicidade ou omissão no recolhimento.

Para enfrentar essa complexidade, as entidades solicitam

orientações formais da administração municipal sobre como proceder com o cálculo e o pagamento do ISS relativo a 2024, considerando os parâmetros da Instrução Normativa SF/Surem

11, publicada em setembro. Entre os pontos discutidos estão a emissão de guias de recolhimento com atualização monetária quando aplicável, a necessidade de abertura de processo administrativo, o envio de planilhas detalhadas do faturamento e da cotaparte de cada profissional, bem como a apresentação de documentos comprobatórios.

O pedido inclui ainda a criação de um canal específico para que as empresas possam regularizar espontaneamente eventuais pendências fiscais, inclusive com acesso a programas de parcelamento, evitando sanções e multas elevadas. Segundo o Beleza Patronal, a iniciativa busca oferecer mais clareza aos negócios do setor diante das mudanças no enquadramento tributário.